



Segurança alimentar e nutricional em assentamentos rurais: um estudo de caso em Jequitinhonha, MG

Food and nutritional security in rural settlements: a case study in Jequitinhonha, MG

Leiliane Rosa de Jesus Santos ¹ 

Vanessa Marzano Araujo ² 

Resumo

A agricultura familiar praticada dentro dos assentamentos rurais é uma das principais formas de acesso aos alimentos por seus moradores. O objetivo deste artigo é analisar a segurança alimentar e nutricional no contexto da agricultura familiar em um assentamento rural localizado no município de Jequitinhonha, MG. A pesquisa utilizou metodologia qualitativa, com estudo bibliográfico e aplicação do questionário referente à Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) para todo o universo de pesquisa, composto pelas 57 famílias assentadas. Importa ressaltar que também foi realizado um tempo de vivência para conhecer a realidade das famílias, por meio da observação *in loco*. De acordo com os resultados da pesquisa, embora a maioria dos assentados esteja em situação de segurança alimentar e nutricional, ainda existem famílias em condição de insegurança alimentar e nutricional.

Palavras-chave: agricultura familiar; extensão rural; luta pela terra.

Abstract

Family farming practiced within rural settlements is one of the main ways residents access food. The objective of this article is to analyze food and nutritional security in the context of family farming in a rural settlement located in the municipality of Jequitinhonha, MG. The research used qualitative methodology, with bibliographical study and application of the questionnaire referring to the Brazilian Food Insecurity Scale (EBIA) for the entire research universe, all 57 settled families. It is worth mentioning that there was also a period of experience to learn about the reality of the families, through

¹ Mestra em Sociedade, Ambiente e Território pelo Programa de Pós-graduação Associado UFMG/Unimontes em Sociedade, Ambiente e Território (PPGSAT). Especialista em Educação do Campo pelo Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG). Docente da Escola Família Agrícola Renascer de Jequitinhonha (EFAR). E-mail: leilianysantos20@gmail.com

² Doutora em Economia pelo Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (IERI-UFU). Docente da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e do Programa de Pós-graduação Associado UFMG/Unimontes em Sociedade, Ambiente e Território (PPGSAT). E-mail: vanessamarzano@ufmg.br

on-site observation. According to the research results, although the majority of settlers are in a situation of food and nutritional security, there are still families in a situation of food and nutritional insecurity

Keywords: family farming; rural extension; struggle for land.

Introdução

A segurança alimentar e nutricional tem se destacado como um relevante tema nos debates entre pesquisadores sobre meio ambiente. Apesar da criação da Lei 11.346, em 15 de setembro de 2006, para assegurar a todas as pessoas o direito à alimentação adequada, fica a obrigatoriedade de o poder público adotar medidas que promovam ações para esse feito (Brasil, 2006). Contudo, não houve grandes avanços em termos de políticas públicas para combater a insegurança alimentar e fortalecer a agricultura familiar como importante fator para amenizar a fome da população camponesa.

A produção de alimentos para o autoconsumo configura-se como uma estratégia para reduzir a insegurança alimentar nos assentamentos rurais. Ao adquirirem a terra, como principal meio de trabalho, os assentados têm oportunidades de se organizar e viabilizar projetos que beneficiem tanto a produção quanto a autogestão familiar.

A produção de alimentos na agricultura familiar proporciona autonomia, para os agricultores e revela-se de grande relevância para a economia local e nacional, pois “representa 75% dos estabelecimentos rurais, utiliza pequenas extensões de terras (24% da área total), empregam 70% da mão-obra no campo, absorve 15% do crédito rural e contribui com cerca de 23% do valor da produção da agricultura do país” (Bustamante, 2022, p. 184). Surge a preocupação, diante desse cenário, se essas famílias, ao longo dos anos, irão alcançar e manter a segurança alimentar e nutricional (SAN), já que a alimentação, direito de todo ser humano, é essencial para a vida.

O termo segurança alimentar e nutricional remete a várias questões, entre as quais se destaca a necessidade de refletir sobre como ela deve ser executada, na prática, de modo a impedir a fome e a miséria que afetam milhares de pessoas. Diante da realidade dos agricultores familiares que vivem em assentamentos rurais, torna-se fundamental estudar sobre suas práticas e formas de produção voltadas ao próprio consumo.

O objetivo deste artigo é analisar a segurança alimentar e nutricional no contexto da agricultura familiar em um assentamento rural, localizado no município de Jequitinhonha, MG. A pesquisa utilizou metodologia qualitativa, com estudo bibliográfico e aplicação de questionário referente à Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) para todo o universo de pesquisa, composto pelas 57 famílias assentadas. Importa ressaltar que também foi realizado um tempo de vivência para conhecer a realidade das famílias, por meio da observação *in loco*. De acordo com Brandão (2007), a vivência é parte fundamental na obtenção de dados para a pesquisa, inclusive, em alguns momentos, torna-se necessário saber ouvir e observar mais do que perguntar.

O artigo está dividido em três seções além da introdução e das considerações finais. A primeira seção aborda o tema agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional, com a apresentação de seus conceitos. A seção seguinte analisa o local em que a pesquisa foi realizada, com destaque para o município de Jequitinhonha e o para o Assentamento Rural Campo Novo. Por fim, a última seção mostra a EBIA, acompanhada da exposição e da análise dos resultados obtidos.

Agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional

A agricultura familiar desempenha um papel crucial na segurança alimentar e nutricional, pois é responsável por grande parte da produção de alimentos em nível global. Além disso, ela contribui para a diversificação da produção, a preservação da biodiversidade agrícola e a promoção de uma agricultura mais sustentável. Por meio da agricultura familiar, as comunidades rurais têm a oportunidade de produzir alimentos saudáveis, fortalecer a economia local, preservar a cultura e promover o desenvolvimento sustentável.

Essa agricultura é uma das principais fontes de alimentação e de renda de muitos brasileiros. Configura-se como uma forma de produção agrícola na qual a família é a unidade de produção e de gestão da propriedade rural. Esse modelo é caracterizado pela participação ativa dos membros familiares nas atividades agrícolas, pelo uso sustentável dos recursos naturais e por uma abordagem multifuncional, na qual, além da produção de alimentos, desempenha papéis sociais, culturais e econômicos relevantes nas comunidades rurais (FAO, 2018).

Abramovay (2000, p. 13) elenca a terra no meio rural como fundamental para a efetivação do trabalho na agricultura, em que é visto não apenas como simples sustentação geográfica da agricultura, mas “como base de um conjunto diversificado de atividades e de mercados potenciais, seus horizontes podem ser ampliados”. Entretanto, nem todos os agricultores familiares possuem terra para o cultivo de alimentos, o que evidencia a importância de reforma agrária e do estabelecimento de assentamentos rurais como forma de proporcionar acesso à terra para aqueles que não a possuem.

Wanderley (1996) aponta que a agricultura proporciona autonomia demográfica, social e econômica, a qual auxilia na subsistência do núcleo familiar a partir de uma sustentação imediata e da reprodução das gerações subsequentes. Disso resulta a especificidade de seu sistema de produção e a constituição do patrimônio familiar. Assim, trabalhar com a agricultura vai além de produzir para subsistência, pois permite que as relações se orientem pelo horizonte das gerações e garante a constituição do patrimônio fundiário.

A agricultura familiar desempenha um papel relevante na promoção da segurança alimentar, na geração de emprego e renda no meio rural, na preservação das tradições culturais e na manutenção da biodiversidade agrícola. Ademais, trata-se de um modelo de produção frequentemente mais conectado aos mercados locais, o que contribui para o desenvolvimento sustentável de comunidades rurais.

Todavia, o acesso à alimentação saudável e mais sustentável pode ser, muitas vezes, distante das pessoas com menores rendas, pois com o preço cada vez mais alto dos gêneros alimentícios, a opção é buscar por alimentos com custo menor, o que, em muitos casos, implica baixa qualidade nutricional. Além disso, a minoria dominante também tenta disfarçar o fenômeno da fome frente à realidade contemporânea, o que acaba escondendo as reais necessidades de uma população que vive em situação precária (Castro, 1984).

A segurança alimentar e nutricional se refere à garantia de que todas as pessoas tenham acesso físico, econômico e social a alimentos suficientes, seguros e nutritivos que atendam às suas necessidades alimentares e preferências culturais para uma vida ativa e saudável. Apesar do interesse político, na prática, a execução de políticas públicas de SAN torna-se desafiadora. Castro (1984, p.289) destaca que

[...] nenhum plano de desenvolvimento é válido, se não conduzir em prazo razoável à melhoria das condições de alimentação do povo, para que, livre do peso esmagador da fome, possa este povo produzir em níveis que conduzam ao verdadeiro desenvolvimento econômico equilibrado, daí a importância da meta “Alimentos para o povo”, ou seja, “a libertação da fome”.

A fome constitui um assunto de preocupação mundial, que tem ameaçado populações e gerado debates que buscam soluções para além da produção de alimentos, pois abrange questões sociais, econômicas e políticas. Assim, ela figura entre os grandes problemas da humanidade, considerando que uma parcela significativa da população mundial ainda vive em condições de subnutrição, tanto em países desenvolvidos quanto em países em desenvolvimento.

Castro (1984) ainda retrata que, para sobreviver, o ser humano necessita não apenas se alimentar, mas que essa alimentação seja saudável, pois, quando consumida de forma inadequada, pode gerar doenças, subnutrição e morte. Os alimentos ingeridos pelos seres humanos produzem elementos químicos em seu organismo, fundamentais para mantê-lo vivo e gerar energia para a realização de suas atividades diárias, já que o corpo, por si só, não é capaz de produzi-la.

Dados da FAO (2025) mostram um aumento acentuado da insegurança alimentar no Brasil em todas as regiões, principalmente entre 2018 e 2020. Em 2020, mais da metade dos domicílios brasileiros (55,2%) apresentou algum grau de insegurança alimentar, o que evidencia um aumento de 54% desde 2018 (36,7%). Ainda no mesmo ano, a fome (insegurança alimentar grave) foi realidade em 9% dos domicílios brasileiros (o que equivale a 19 milhões de brasileiros), situação que representa um retorno aos níveis de 2004.

Ribeiro, Ferreira e Salles-Costa (2025) ressaltam que com a pandemia de Covid-19 houve aumentos substanciais da insegurança alimentar no Brasil em diferentes contextos sociais e geográficos, sendo que as repercussões são diferenciadas de acordo com a vulnerabilidade socioeconômica. Houve evidência de maior crescimento em zonas rurais do que em zonas urbanas.

Os efeitos da pandemia foram globais, as medidas de restrição social, desaceleração econômica e instabilidade do sistema produtivo elevou as vulnerabilidades estruturais previamente existentes, ampliando desigualdades no acesso aos alimentos com efeitos diretos sobre os quatro pilares básicos da SAN, ou seja, a disponibilidade, acesso, utilização e estabilidade (Laborde et al, 2020).

A fome aumentou não apenas no Brasil, mas no mundo todo. Em 2021, afetou cerca de 9,8% da população mundial, sendo que, entre 2015 e 2021, o aumento foi maior na América Latina e Caribe do que no restante do mundo (FAO *et al.*, 2023).

Em 2006, foi criada a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006), que instituiu o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), para “assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências”, cabendo ao “poder público adotar as políticas de ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população”. O conceito de segurança alimentar e nutricional, conforme essa Lei,

[...] consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (Brasil, 2006).

Segundo Brasil (2014, p. 16), alimentar é ir além da simples ingestão de nutrientes, pois a

[...] alimentação diz respeito à ingestão de nutrientes, mas também aos alimentos que contêm e fornecem os nutrientes, a como alimentos são combinados entre si e preparados, a características do modo de comer e às dimensões culturais e sociais das práticas alimentares. Todos esses aspectos influenciam a saúde e o bem-estar.

Considera-se que a alimentação, fator primordial para a existência humana, é uma das principais bases de interação entre cultura e meio natural. Ela depende de uma organização existente para a obtenção dos alimentos e de outras necessidades. O plantio, a colheita e o armazenamento compõem uma tradição que atravessa civilizações, envolvendo técnicas e calendários específicos de cada cultura. À medida que as fontes de abastecimento dos alimentos se modificam, intensificam-se as transformações nos hábitos alimentares. A alimentação está vinculada a uma carga afetiva, facilmente transformada em manifestações simbólicas (Cândido, 1975).

De acordo com Ribeiro (2013), o conhecimento dos agricultores serviu de base para desenvolver uma agricultura eficiente e com características próprias, já que eles buscavam conhecer o solo, a adubação e cada semente que se adaptava a ele, investigavam os meios e analisavam os recursos de que a natureza dispunha. As lavouras eram planejadas para sustentar as famílias por mais tempo; por isso, era necessário mais de uma roça, com ciclos de crescimento e de desenvolvimento diferentes.

O Assentamento Rural Campo Novo, município de Jequitinhonha, MG

O Assentamento Rural Campo Novo localiza-se no município de Jequitinhonha, MG, que, de acordo o último Censo do IBGE (2022), possuía uma população total de 24.007 habitantes. Desse contingente populacional, 17.893 habitantes residiam na área urbana, enquanto 6.114 viviam na zona rural. A área total do município é de 3.514,216 Km² e apresenta uma vegetação transitória entre o cerrado e a mata atlântica, característica que influencia diretamente as dinâmicas produtivas, ambientais e socioeconômicas do território.

Jequitinhonha traz uma história de muita resistência por parte dos agricultores. Nas terras extensas, que antes eram dominadas por fazendeiros e que, após negociação com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), se tornaram a esperança de grupos para reconstruírem suas vidas, ainda se percebe a marca do coronelismo presente naquela época (em 1997). Em um desses assentamentos, especificamente onde se encontra uma Escola Família Agrícola, a escolinha do Ensino Fundamental I é localizada em um espaço que, antes, servia de baia de cavalos; já na antiga casa-sede, funciona atualmente a Associação Comunitária.

A criação dos assentamentos ocorreu no contexto de conflitos no Vale do Jequitinhonha, quando o Incra atuou como mediador, com o objetivo de fazer com que acontecesse a reforma agrária. Com isso, foram criados projetos de assentamentos para agrupar essas pessoas, “fundamentando-se na desapropriação de terras improdutivas e o assentamento dos beneficiários” (Souza Filho; Buainain; Fonseca, 2001, p. 5).

O surgimento do assentamento, assim como grande parte dos demais, ocorreu a partir de pesquisas do Incra, que possibilitou detectar uma fazenda de 2.789,316 hectares, cujos herdeiros estavam endividados e, por isso, manifestaram interesse em negociá-la. Nela havia benfeitorias, gados e alguns agregados, os quais continuaram na fazenda após a negociação e atualmente são posseiros de lotes.

Essa era uma das muitas fazendas do município que utilizava o sistema de agrego. Ribeiro (2013) aponta que os agregados (em sua maioria posseiros) desfrutavam também da terra, mas sob domínio do fazendeiro, o qual matinha uma apropriação dos recursos naturais dos quais se utilizava para subordinar essas pessoas. O agrego era feito por meio de acordos entre ambas as partes, definindo as formas de trabalho e de divisão da produção agrícola obtida. Além disso, o agregado possuía uma casa localizada na fazenda

ou a autorização para construí-la bem como o espaço para fazer suas lavouras. A relação deles, muitas vezes, criava laços fortes de amizade, preocupação e fidelidade.

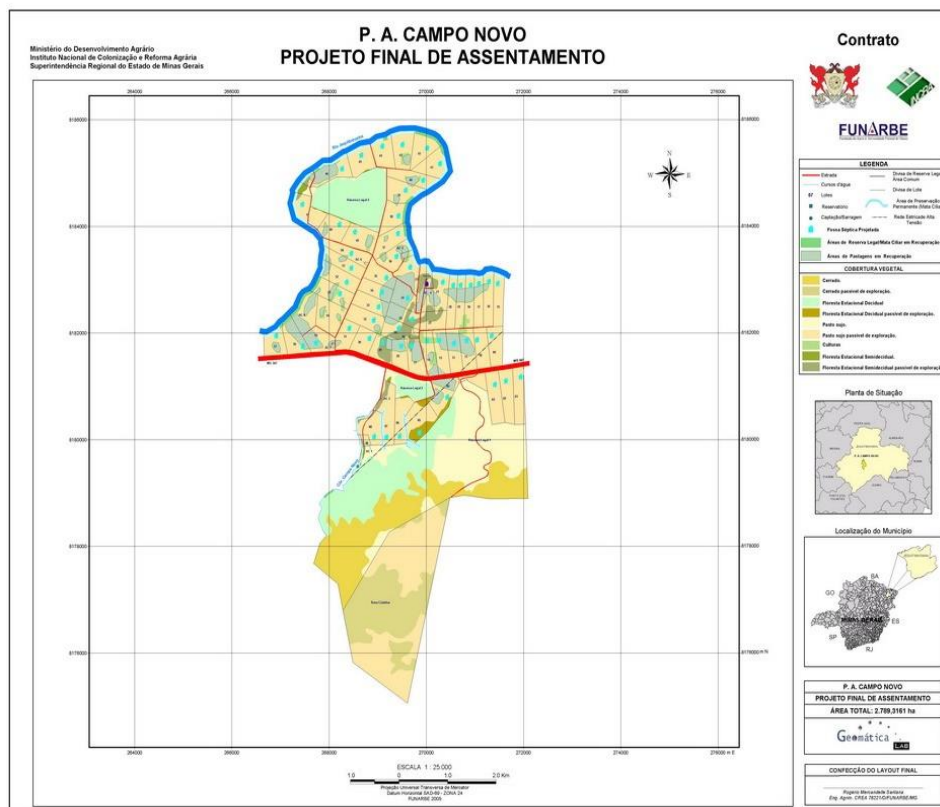
O Incra, ao adquirir a fazenda para fins de reforma agrária, pagou apenas as benfeitorias à vista e o valor da terra foi dividido em títulos públicos a serem pagos em prestações. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da época, que havia realizado esse mapeamento de terras (em 1997), realizou também um cadastro de pessoas que eram agregadas, ou seja, que não possuíam terras próprias e moravam em terras de fazendeiros sem um contrato fixo de trabalho. O agrego era regido por acordos ou tratos informais, intransferíveis, entre ambas as partes e que resultavam em: o agregado morar na fazenda, plantar, colher e extrair recursos da terra, mas devolvendo uma contrapartida variada para o fazendeiro (Ribeiro, 2013, p. 223).

Os selecionadas para receber o lote no assentamento eram todos agricultores familiares, que sabiam lidar com a terra, conforme relato de um entrevistado:

Nós pegamos todo mundo das roças e selecionamos, pois se não saber selecionar, não funciona também não. (...) O Incra põe, mas tem muitas coisas que ele não dá. As vezes as pessoas pensam: ah eu vou pra terra porque o Incra dá dinheiro, mas não é assim, é uma luta. E quando chega lá se a pessoa não tá preparada pra ficar, se não é uma pessoa da roça que tem costume de passar necessidade, ele não vai ficar. E quando você escolhe as pessoas que tem costume de trabalhar e de dificuldade, eles vão ficar pro resto da vida (A. P. S.).

Em 2002, o Incra reuniu-se com as famílias, as quais organizaram os lotes dividindo-os e medindo-os, em um total de 57 (Figura 1). Alguns moradores da fazenda ou das proximidades ocuparam as casas de vaqueiro e baias de cavalos já existentes até conseguirem o material para construção de suas próprias, o que ocorreu posteriormente por meio de um projeto do Incra. As famílias se mobilizaram e viabilizaram muitos projetos, a exemplo de um com R\$57.000,00 em recursos financeiros para todo o assentamento. Esse recurso financeiro foi utilizado para encanação de água até os lotes e para construção de uma Escola Família Agrícola. Ao conseguirem criar a associação, muitos outros projetos foram conquistados, como a aquisição de trator, ônibus e caminhão para transportar os produtos até a feira. Com o tempo, as famílias se organizaram em seus lotes e passaram a utilizar a área para o cultivo de alimentos.

Figura 1 - Projeto final do Assentamento Campo Novo



Fonte: Universidade Federal de Viçosa, 2022.

Apesar da resistência de alguns fazendeiros do entorno, os assentados ficam restritos ao uso de seu lote, de forma que não podem vendê-lo ou passá-lo para algum parente. Isso ocorre porque têm somente o documento de posse o qual não permite fazer alguns trâmites para além do uso direto da terra. Segundo Godinho Neto (2020, p. 49):

[...] a posse não é considerada como um caractere da propriedade, mas sim uma situação de fato autônoma, a qual deve ser interpretada levando-se em consideração o seu aspecto socioeconômico; a posse é um direito satisfativo – que se basta – não necessitando de complementos ou questões outras.

Nesse sentido, os assentados ainda não possuem o título de propriedade visto que propriedade é quando se tem a terra, o que permite “usar, gozar e dispor da coisa, e reivindicá-la de quem injustamente a detenha, de acordo com a lei, sendo considerada, inclusive, um direito fundamental de todo ser humano” (Godinho Neto, 2020, p. 51).

A base produtiva do assentamento está centrada na agricultura familiar voltada prioritariamente para o autoconsumo, embora parte da produção também seja comercializada em feiras livres e mercados institucionais. Entre os principais produtos identificados estão milho, feijão, mandioca, hortaliças diversas e frutas, além da criação

de galinhas, suínos e bovinos. A diversidade produtiva é uma característica marcantes, articulada ao conhecimento tradicional e à adaptação às condições ambientais.

No que se refere às políticas públicas, destaca-se a presença do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) no assentamento, tendo sido acessado por parte das famílias para investimento na produção. O crédito rural configura-se como uma ferramenta importante para aquisição de insumos, melhoria da infraestrutura e ampliação da capacidade produtiva. Entretanto, o acesso ao programa não ocorre de forma universal. Persistem entraves burocráticos, exigências documentais e limitações de ordem técnica que dificultam ou impedem que todas as famílias sejam contempladas e usufruam plenamente dos benefícios ofertados.

A produção agrícola desenvolvida no assentamento é de um trabalho coletivo familiar (Fotografia 1), todos têm uma função na prática: desde a produção, manejo, colheita até a venda. A comercialização dos excedentes ocorre na feira livre, porém alguns participam do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o que permite que entreguem esses produtos para as escolas do município. Aqueles agricultores que não conseguem uma produção em maior escala, às vezes, comercializam na própria comunidade e utilizam o restante da produção para consumo próprio. Sendo assim, o PAA e o PNAE são canais relevantes para escoamento da produção e fortalecimento da renda. Entretanto, desafios logísticos, instabilidade na continuidade dos programas e limitações na organização produtiva ainda dificultam maior inserção nos mercados institucionais. Como ressaltam Anjos e Becker (2014), não basta produzir, é necessário garantir canais efetivos de comercialização.

Fotografia 1 - Horta na propriedade de um assentado



Fonte: Pesquisa de campo, 2023

É importante ressaltar que a agricultura, como determinante para manutenção de pessoas no campo, passa por vários transtornos, como a falta de investimento por parte do Estado em políticas públicas e oportunidades para que possam expandir a produção, bem como um cuidado maior por parte de quem usufrui da terra para plantios extensos. Diante disso, faz-se necessário utilizar a produção agrícola de forma a garantir a segurança alimentar, a preservação ambiental com técnicas voltadas para a agroecologia e políticas de incentivo aos pequenos agricultores.

O regime hídrico constitui um dos principais desafios enfrentados pelos agricultores. Embora o assentamento esteja situado em região próxima ao rio Jequitinhonha, o acesso à água não é simples e universalizado. Ocorrem meses de falta de água em parte dos domicílios, o que compromete tanto o consumo humano quanto a irrigação das lavouras. A escassez hídrica obriga os agricultores a reorganizarem seus calendários produtivos e a priorizarem culturas mais resistentes à seca. A produção de alimentos fica delimitada aos fatores climáticos no período “das águas” e “da seca”, gerando momentos alternados de abundância e escassez.

No Assentamento Campo Novo é possível observar a forte presença de práticas de ajuda mútua, trocas de alimentos e cooperação entre vizinhos. Essa dimensão solidária reforça o caráter coletivo da vida camponesa, conforme apontado por Cândido (1975), ao destacar que as relações de vizinhança estruturam o universo da vida social no meio rural. As trocas de sementes, o compartilhamento de excedentes e a realização de mutirões contribuem para amenizar dificuldades produtivas e fortalecer vínculos comunitários.

Segurança alimentar e nutricional no Assentamento Rural Campo Novo, município de Jequitinhonha, MG

A alimentação é o principal meio para sobrevivência e constitui uma das maiores preocupações nos domicílios, pois ainda há pessoas que se encontram em situação de insegurança alimentar. “Pode-se dizer que um domicílio está em situação de segurança alimentar se todas as pessoas deste domicílio têm, permanentemente, acesso a alimentos suficientes para uma vida ativa e saudável” (Hoffmann, 2008, p. 50).

Para medir o nível de segurança alimentar e nutricional no assentamento rural estudado, foram entrevistadas todas as 57 famílias por meio da EBIA), a partir de um questionário com 14 perguntas relativas à sua percepção sobre a situação alimentar

vivenciada nos últimos três meses (Tabela 1). Sete questões foram direcionadas para moradores menores de 18 anos.

Tabela 1 - EBIA das famílias do Assentamento Rural Campo Novo

Questão	Durante os últimos três meses	N	%
Direcionadas aos maiores de 18 anos			
1	Os moradores deste domicílio tiveram preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida?	20	35,1%
2	Os alimentos acabaram antes que os moradores deste domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida?	16	28,1%
3	Os moradores deste domicílio ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?	17	29,8%
4	Os moradores deste domicílio comeram apenas alguns alimentos que ainda tinham porque o dinheiro acabou?	16	28,1%
5	Algum morador de 18 anos ou mais de idade deixou de fazer uma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida?	5	8,8%
6	Algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez comeu menos do que devia porque não havia dinheiro para comprar comida?	5	8,8%
7	Algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida?	2	3,5%
8	Algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida?	1	1,8%
Específicas para menores de 18 anos			
9	Algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, deixou de ter uma alimentação saudável e variada porque não havia dinheiro para comprar comida?	5	8,8%
10	Algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, não comeu quantidade suficiente de comida porque não havia dinheiro para comprar comida?	0	0
11	Alguma vez, foi diminuída a quantidade de alimentos das refeições de algum morador com menos de 18 anos de idade porque não havia dinheiro para comprar comida?	1	1,8%
12	Alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade deixou de fazer alguma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida?	0	0
13	Algum morador com menos de 18 anos de idade, sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida?	0	0
14	Alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou sem comer por um dia inteiro porque não havia dinheiro para comprar comida?	0	0

Fonte: Adaptado de Sardinha, 2014; Pesquisa de campo, 2023

A EBIA foi criada a partir da escala utilizada nos Estados Unidos cujo objetivo era verificar a insegurança alimentar e nutricional por meio de um questionário com 18 itens, constituído de quatro níveis: segurança alimentar no domicílio, insegurança alimentar (IA leve), insegurança alimentar entre adultos da família (IA moderada) e insegurança alimentar entre crianças (IA severa). Um grupo de pesquisadores brasileiros realizou um estudo de validação da escala americana concluindo que ela era um instrumento de alta validade para diagnosticar também a insegurança alimentar no Brasil, mas que, para isso, precisou passar por algumas atualizações, como a diminuição do número de itens no questionário. Portanto, houve uma redução para 14 questões, mais voltadas para a realidade nutricional do país (Sardinha, 2014; Tavares; Lima, 2021).

A partir dessa escala, foi possível desenvolver várias pesquisas e estudos em áreas urbanas e rurais, o que possibilitou perceber uma realidade sobre a segurança alimentar e nutricional nos domicílios brasileiros. Essa descoberta é essencial para executar e planejar programas e políticas que atendam a essas pessoas e para avaliar a situação alimentar delas.

Dessa forma, para categorizar o nível de insegurança alimentar e nutricional nos domicílios no assentamento, foi usada a pontuação, conforme Tabela 2, em que os domicílios com menores de 18 anos que responderam todas as questões negativamente, ou seja, não marcaram nenhuma, estão em segurança alimentar. Se responderam de 1 a 5 questões positivas, estão em situação de insegurança alimentar leve; de 6 a 9 respostas positivas, em situação de insegurança alimentar moderada; já um total de 10 a 14 respostas positivas indicam situação de insegurança alimentar grave.

Tabela 2 – Pontos de corte segundo o nível de segurança/insegurança alimentar

Classificação	Domicílio com menores de 18 anos	Domicílio sem menores de 18 anos
S. A	0	0
I.A Leve	1-5	1-3
I.A Moderada	6-9	4-5
I.A Grave	10-14	6-8

Nota: *SA: Segurança Alimentar; IAL: Insegurança Alimentar Leve; IAM: Insegurança Alimentar Moderada; IAG: Insegurança Grave.

Fonte: Sardinha, 2014.

Para os domicílios sem menores de 18 anos, o cálculo seguiu uma sequência parecida, em que os domicílios que marcaram todas as questões negativas, estão em segurança alimentar. Quem respondeu de 1 a 3 questões positivas estão em situação de insegurança alimentar leve. De 4 a 5 questões positivas, estão em situação de insegurança alimentar moderada e os domicílios que responderem de 6 a 8 questões positivas estão em situação de insegurança alimentar grave.

Então, dos 57 domicílios entrevistados, 38% possuíam moradores menores de 18 anos, sendo filhos ou netos dos assentados, conforme Tabela 3. Destes, 59% responderam todas as questões como negativas, ou seja, estão em situação de segurança alimentar. Esse é um fator relevante já que apenas 22% das famílias desse grupo possuem algum aposentado residindo no domicílio, enquanto as outras famílias vivem do trabalho na agricultura familiar e outras atividades não agrícolas.

Tabela 3 – Segurança alimentar por meio da EBIA no assentamento rural

Domicílio com menores de 18 anos (38,58%)							
SA	SA (%)	IAL	IAL (%)	IAM	IAM (%)	IAG	IAG (%)
13	22,81	8	14,04	0	0,00	1	1,75
Domicílio sem menores de 18 anos (61,40%)							
SA	SA (%)	IAL	IAL (%)	IAM	IAM (%)	IAG	IAG (%)
21	36,84	7	12,28	7	12,28	0	0,00

Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

Ainda assim, 36% das famílias marcaram um quantitativo de 1 a 8 pontos, mostrando que estão em situação de insegurança alimentar leve, em que a maioria marcou as quatro primeiras questões, enquanto uma família marcou somente uma questão. Mesmo assim, destas, três famílias possuem um aposentado residindo no domicílio, porém, o recurso vai para gastos pessoais com ele, já que o recurso financeiro da aposentadoria comumente é consumido principalmente com medicamentos.

A questão respondida em consenso por todos os moradores do domicílio é que há, sim, preocupação de que os alimentos acabem antes de poderem comprar ou receber mais comida, pois, com a instabilidade do clima, nem sempre produzem muito para alimentarem ou têm produtos para venderem na feira e comprarem outros, visto que a principal renda deles vem de atividades agrícolas.

No entanto, ressalta-se que nenhum desses domicílios entrevistados ficaram sem uma refeição ao dia ou sem alimentos para a família, pois, como questionado na pergunta dois da Tabela 1 e respondido por maioria, quando os alimentos acabam antes de terem o dinheiro para comprar mais comida, vão até mercearias ou pegam com vizinhos até conseguirem mais dinheiro e pagarem as suas dívidas. Isso porque há vários mercados na cidade que conhecem essas famílias e vendem dessa forma. Além disso, quando o dinheiro acaba, vão remediando com os alimentos que ainda possuem na despensa.

Um domicílio, entretanto, fez pontuação total entre 10 e 14 pontos, apontando que está em situação de insegurança alimentar grave. Mesmo na residência tendo um aposentado, o benefício é recebido com desconto de empréstimos e chega em mãos apenas o suficiente para medicação e compra de poucos itens. A alimentação é, dessa forma, mantida com alguns produtos da lavoura e compra de outros alimentos na cidade por meio do benefício do bolsa família.

Os moradores da casa dão prioridade para a alimentação da criança, nesse contexto, buscando soluções com o que têm para que a criança não fique sem nenhuma refeição ao dia. E mesmo vários estudos apontando o cuidado da alimentação relacionado à questão de gênero, neste domicílio, não há presença física de uma mulher. Fica sob responsabilidade dos homens presentes realizar as atividades na produção agrícola e preparar os alimentos. Como aponta Freitas (2003, p. 23):

Por força das ideologias de gênero que se realizam na organização doméstico-familiar, geralmente aos homens, como chefes do grupo doméstico e seus principais provedores, são destinadas cotas mais generosas da parca alimentação. Cabe às mulheres a menor ou mesmo o que sobra da alimentação dos filhos. São essas e outras as razões que tornam os índices de mortalidade materna e infantil elevados no Brasil.

Assim, a falta de alimentos nesse domicílio se dá principalmente porque, dos três indivíduos que lá residem, um é criança, menor de 10 anos, um é idoso e outro é adulto, o qual fica responsável por realizar todas as atividades domésticas, cuidar do filho, do idoso, o que não lhe permite dedicar tempo para trabalhar na produção ou mesmo em atividades fora do terreno.

Os domicílios sem menores de 18 anos representam 61% das famílias assentadas. Destas, 60% responderam negativa às questões, ou seja, estão em segurança alimentar e nutricional e 48% contam com um ou dois aposentados na residência, porém continuam trabalhando com produção agrícola, já que, segundo relatado em entrevista, o benefício

em questão é insuficiente para manter a alimentação, pois sua destinação principal é para medicamentos e saúde do (da) idoso(a).

Dos domicílios com pessoas acima de 18 anos, 20% responderam de 1 a 3 questões positivamente, demonstrando que estão em situação de insegurança alimentar leve. 8% das famílias têm aposentados na residência, mas a principal renda vem da agricultura familiar. A questão marcada positivamente, em consenso, é que há preocupação de que o dinheiro acabe e não haja como comprar comida, no entanto, a maioria deles possui uma boa produção agrícola e vende o excedente na feira livre.

Ressalta-se que 20% desses domicílios responderam positivamente de 4 a 5 questões, mostrando estarem em insegurança alimentar moderada. Apenas 1 dos domicílios não possui aposentado, residindo nele somente um assentado que não tem filhos ou parentes, o qual tem a produção agrícola como a principal fonte de renda e de alimentação. Há ainda um outro domicílio em que a mãe é aposentada e a filha construiu a casa bem próxima, no mesmo lote, mas ambas têm sua alimentação separadas e a produção fica por conta da filha, cuja principal fonte de alimentação e de renda é o comércio dos excedentes na feira livre. A maioria dos moradores dos outros domicílios relatou que, como já são idosos, não tem condições físicas para grandes plantios nos lotes. O que plantam é somente para a alimentação e, assim mesmo, complementam comprando o que falta na cidade e, muitas vezes, preocupam-se com a possibilidade de o dinheiro acabar, pois o benefício fica pouco para as compras, devido aos gastos com saúde e medicamentos.

Nenhum outro domicílio desse grupo respondeu positivamente a mais de 6 questões, mostrando não haver insegurança alimentar e nutricional grave no assentamento estudado. Percebe-se, ainda, que a maioria dos dois grupos respondeu positivamente às questões de 1 a 4, mostrando que tiveram preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar mais comida e que, algumas vezes, os alimentos acabaram antes que tivessem dinheiro para comprar mais comida. Nesse caso, deslocavam-se até a cidade para comprar de forma a pagar depois, ou mesmo pegavam emprestado com vizinho e, quando conseguiam o recurso, pagavam as dívidas.

Respondendo à questão de que, em algum momento ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada, foi relatado que, nessa situação, buscavam outras opções que suprissem os alimentos durante as refeições, o que fazia com que, algumas vezes, comessem apenas alguns alimentos que ainda tinham na despensa. Contudo,

enfaticaram que, na maioria das vezes, buscavam emprestado, ou mesmo compravam para pagar depois, de alguns vizinhos que produziam esses alimentos. Dessa forma, o dinheiro é um fator importante para a concretização da segurança alimentar e nutricional nos domicílios.

Considerações finais

A agricultura familiar é importante para proporcionar acesso a uma alimentação saudável aos brasileiros. No município de Jequitinhonha, a produção agrícola ainda é uma das principais fontes de alimentação e de renda de agricultores familiares. Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa foi analisar a segurança alimentar e nutricional na produção de alimentos para autoconsumo das famílias no assentamento. Para isso, realizou-se uma pesquisa de campo com aplicação de questionários para todos os 57 agricultores assentados, investigando as condições de segurança alimentar e nutricional das famílias.

No assentamento, percebe-se que a produção de alimentos para consumo próprio é o principal fator que impulsiona os agricultores a estarem em seus lotes de terra. O trabalho na lavoura favorece o vínculo com a família, tanto que, apesar da falta de água, os agricultores não pretendem parar de produzir ainda que em pequena quantidade. Um fator que interfere na produção é que grande parte dos assentados já é idosa e que, muitas vezes, não aguenta o trabalho na lavoura. Isso ocorre por problemas de saúde ou por não ter mais a companhia dos filhos na mesma casa, deixando-os sem condições de realizar os plantios.

De acordo os resultados, apesar da união e da organização interna do assentamento, ainda existem famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional. De acordo com a EBIA, nos domicílios com menores de 18 anos, 38% estão em segurança alimentar, 36% em insegurança alimentar leve, um domicílio em insegurança alimentar grave e nenhum em insegurança alimentar moderada. Já nos domicílios sem menores de 18 anos, 60% estão em segurança alimentar, 20% em insegurança alimentar leve, 20% em insegurança alimentar moderada e nenhum em insegurança alimentar grave.

Mesmo grande parte dessas famílias, que estão em situação de insegurança alimentar e nutricional, dizendo que come “bem”³, não é sempre que consegue obter alimentos saudáveis nas alimentações diárias. Outras famílias optam por ter alimentos

³ Comer bem para eles seria comer uma grande quantidade de alimentos, mesmo que não sejam saudáveis.

que não são saudáveis em suas dietas, apenas por gostarem mesmo do produto, como o refrigerante e alguns embutidos.

Diante disso, uma solução seria a inserção de projetos que permitissem a essas famílias aumentar sua produção e, por meio dela, vender o excedente para compra de outros produtos para o sustento das famílias. Ademais, é importante que sejam desenvolvidos cursos e palestras sobre alimentação saudável e sustentável para que aqueles que puderem comprar, evitem alimentos industrializados e não saudáveis.

Agradecimentos

As autoras agradecem a todos agricultores familiares residentes no Assentamento Rural Campo Novo, município de Jequitinhonha, MG, que gentilmente as receberam e forneceram informações para esta pesquisa.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: Repensando o desenvolvimento Rural. In: Seminário sobre reforma agrária e desenvolvimento sustentável. **Economia Aplicada**, n. 2, v. IV, p. 379-397, abr./jun., 2000.
DOI: <https://doi.org/10.11606/1413-8050/ea218794>

ANJOS, Flávio Sacco dos; BECKER, Cláudio. Agricultura familiar e mercados institucionais: o desenvolvimento como liberdade. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza, v. 45, Suplemento especial, p. 107-117, out.-dez., 2014.
DOI: <https://doi.org/10.61673/ren.2014.502> Disponível em:
<https://www.bnb.gov.br/revista/ren/article/view/502>. Acesso em: 7 fev. 2023.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. **Sociedade e Cultura**, v. 10, n.1, jan./jun., 2007.
DOI: <https://doi.org/10.5216/sec.v10i1.1719>

BRASIL. Lei n. 11.346, de 15 de setembro de 2006. Lei de Segurança Alimentar e Nutricional. **Diário Oficial da União**, 18 set. 2006, p.1. Brasília.
Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm Acesso em: 7 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed., 1. reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BUSTAMANTE, Paula Margarita Andrea Cares. **O PRONAF como política pública para a redução da pobreza no meio rural: avanços e desafios**. Tese de Doutorado - PPGDS, Universidade Estadual de Montes Claros. Montes Claros, 2022.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do rio Bonito**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1975.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. 10. ed. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

FAO - Food and Agricultural Organization. **Agricultura e Segurança Alimentar no Brasil**. Disponível em: <https://www.fao.org/brasil/fao-no-brasil/brasil-em-resumo/pt> . Acesso em: 26 ago. 2025.

FAO - Food and Agricultural Organization. **El Trabajo de la FAO em la Agricultura Familiar: Prepararse para el Decenio Internacional de Agricultura Familiar (2019-2028) para alcanzar los ODS**. Nova York: FAO, 2018. Disponível em: <http://www.fao.org/3/ca1465es/CA1465ES.pdf> . Acesso em: 14 maio 2023.

FAO - Organización de las Naciones para la Alimentación y la Agricultura; FIDA - Fondo Internacional de Desarrollo Agrícola; OPS - Organización Panamericana de la Salud; PMA - Programa Mundial de Alimentos; UNICEF - Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia. **Panorama regional de la seguridad alimentaria y nutricional – América Latina y el Caribe 2022: hacia una mejor asequibilidad de las dietas saludables**. Santiago de Chile, 2023.

FREITAS, Maria do Carmo Soares de. **Agonia da fome**. Rio de Janeiro / Salvador: FIOCRUZ/EDUFBA, 2003. 281p. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/r9y7f> Acesso em: 3 jan. 2024.

GODINHO NETO, Dilson de Quadros. **Acesso, Uso e Gestão da Terra e da Água: análise comparativa entre a lei e os direitos costumeiros em comunidades rurais do Vale do Jequitinhonha**. 2020. 142 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território) - Universidade Federal de Minas Gerais / Instituto de Ciências Agrárias, Montes Claros, 2020.

HOFFMANN, Rodolfo. Determinantes da insegurança alimentar no Brasil: análise dos dados da PNAD de 2004. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v.15, n.1, p.49-61, 2008. DOI: <https://doi.org/10.20396/san.v15i1.1824>

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades**. Censo 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/jequitinhonha/panorama> . Acesso em: 24 jan. 2024.

LABORDE, David *et al.* COVID-19 risks to global food security. **Science**, v. 369, n. 6503, p. 500–502, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1126/science.abc4765>

RIBEIRO, Eduardo Magalhães. **Estradas da Vida: Terra e Trabalho nas fronteiras agrícolas do Jequitinhonha e Mucuri**, Minas Gerais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

RIBEIRO, Eloah Costa de Sant Anna; FERREIRA, Aline Alves; SALLES-COSTA, Rosana. Food insecurity in urban and rural areas of Brazil during the COVID-19 pandemic. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, Brasil, v. 59, 2025.

DOI: <https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2025059006453> Disponível em: <https://revistas.usp.br/rsp/article/view/241378>. Acesso em: 10 fev. 2026.

SARDINHA, Luciana Monteiro Vasconcelos. **Escala Brasileira de Insegurança Alimentar–EBIA**: análise psicométrica de uma dimensão da Segurança Alimentar e Nutricional. Estudo Técnico n. 01/2014. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2014.

SOUZA FILHO, Hildo Meirelles; BUAINAIN, Antônio Márcio; FONSECA, Rinaldo Barcia. A Reforma Agrária e o Novo Contexto Institucional de Políticas de Combate à Pobreza Rural. **Travessia- Revista do Migrante**, n. 39, jan.-abr. 2001.

DOI: <https://doi.org/10.48213/travessia.i39.792>

TAVARES, Lucas Hermann da Silva.; LIMA, Ana Carolina da Cruz. Segurança alimentar, composição domiciliar e pobreza no Brasil: um estudo a partir dos microdados da PNAD para o período 2004- 2013. **Planejamento e Políticas Públicas**. Brasília, n. 58, p. 101-144, 2021. DOI: <https://doi.org/10.38116/ppp58art4>

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. Departamento de Economia Rural. **PA Campo Novo**: Projeto final de assentamento. Disponível em: <https://assentamentos.com.br/uploads/assentamentos.com.br/projetos/Jequitinhonha/campo%20novo%20-%20projeto%20final%20de%20assentamento.jpg>. Acesso em: 13 mar. 2022.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20., GT 17 - Processos sociais agrários. **Anais...** Caxambu, MG, 1996.

Recebido em 02/09/2025. Aceito para publicação em 06/03/2026.
--